

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Estudo Técnico Preliminar foi realizado de acordo com os elementos previstos no §1º do art. 18 da Lei nº 14133, de 1º de abril de 2021.

Objetivo: Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE CONECTIVIDADE DE DADOS PARA ACESSO À INTERNET, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE COMUNICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, COM DISPONIBILIDADE, DESEMPENHO, SEGURANÇA E CAPACIDADE COMPATÍVEIS COM A DEMANDA OPERACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA.**

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Tecnologia – SETEC

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matricula	E-mail
Kelynton Cordova da Silva	Diretor de Tecnologias Aplicadas	1634410	kelynton@itajai.sc.gov.br
Thiago de Souza Miguel	Diretor de Gestão Operacional	2684201	thiago.miguel@itajai.sc.gov.br
Celia Regina da Cunha Pianecer	Gerente	2684301	celia.pianecer@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Administração Pública depende de serviços de conectividade para viabilizar a execução contínua de sistemas corporativos, comunicação institucional, acesso a plataformas governamentais, serviços em nuvem, atendimento ao público e integração entre unidades administrativas.

Observa-se aumento progressivo da demanda por tráfego de dados e maior dependência de serviços digitais considerados essenciais ao funcionamento das atividades institucionais. Foram identificadas ocorrências de instabilidade e riscos de indisponibilidade capazes de comprometer a continuidade dos serviços públicos e a eficiência operacional do órgão.

Nesse contexto, verifica-se a necessidade de contratação de solução de conectividade que assegure níveis adequados de disponibilidade, desempenho, continuidade operacional, segurança e capacidade de expansão, compatíveis com as necessidades atuais e futuras da Administração.

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar as alternativas disponíveis no mercado, sob os aspectos técnico, operacional e econômico, visando identificar a solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações – PCA e alinhada ao planejamento institucional e às ações de modernização tecnológica do Município.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A solução a ser contratada deverá atender às necessidades de conectividade da Administração, garantindo condições adequadas de disponibilidade, continuidade operacional, desempenho, segurança e suporte técnico, compatíveis com a criticidade dos serviços públicos suportados.

Constituem requisitos mínimos da potencial contratação:

4.1 Requisitos Funcionais

- Prover conectividade à internet para atendimento das atividades institucionais do órgão;
- Suportar o tráfego de dados necessário ao funcionamento dos sistemas corporativos, serviços digitais, comunicação institucional e acesso a aplicações externas;
- Permitir expansão da capacidade contratada em caso de aumento da demanda;
- Possibilitar integração entre unidades administrativas, quando necessário;
- Assegurar continuidade operacional dos serviços de conectividade.

4.2 Requisitos de Desempenho e Disponibilidade

- Garantir níveis adequados de desempenho compatíveis com a demanda operacional da Administração;
- Assegurar disponibilidade compatível com a criticidade dos serviços suportados;
- Minimizar ocorrências de indisponibilidade e degradação significativa do serviço;
- Permitir monitoramento e acompanhamento da prestação do serviço;
- Atender níveis de qualidade compatíveis com o uso corporativo da solução.

4.3 Requisitos de Segurança

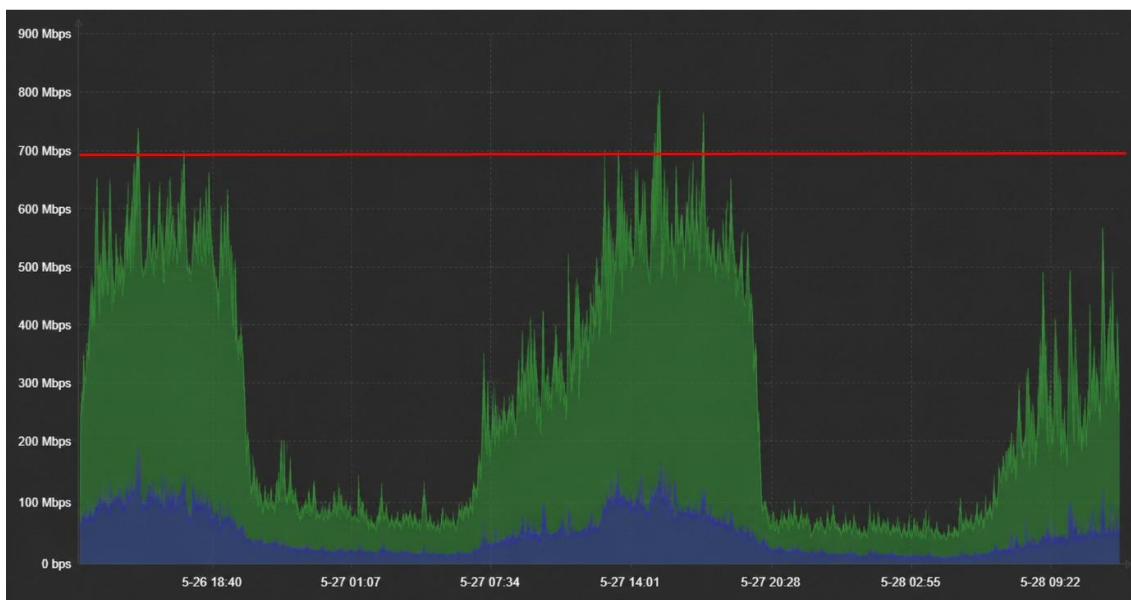
- Garantir integridade e confiabilidade na transmissão de dados;
- Possuir mecanismos compatíveis com boas práticas de segurança da informação;
- Possibilitar rastreabilidade e gestão operacional da conectividade contratada;
- Observar normas e políticas institucionais de segurança da informação eventualmente aplicáveis.

4.4 Requisitos Operacionais

- Disponibilizar suporte técnico durante toda a vigência contratual;
- Possuir canais formais para abertura e acompanhamento de chamados;
- Prever atendimento a incidentes e falhas dentro de prazos compatíveis com a criticidade do serviço;
- Garantir manutenção corretiva necessária à continuidade da operação.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Conforme análise técnica realizada, a sugestão é a ampliação da internet dedicada existente através do contrato nº 232/21, atualmente em 700Mb, para a realização de um novo contrato que atenda 2Gb, visando melhoria na navegação do Paço Municipal e serviços web e deixando espaço para receber as melhorias da rede interna.

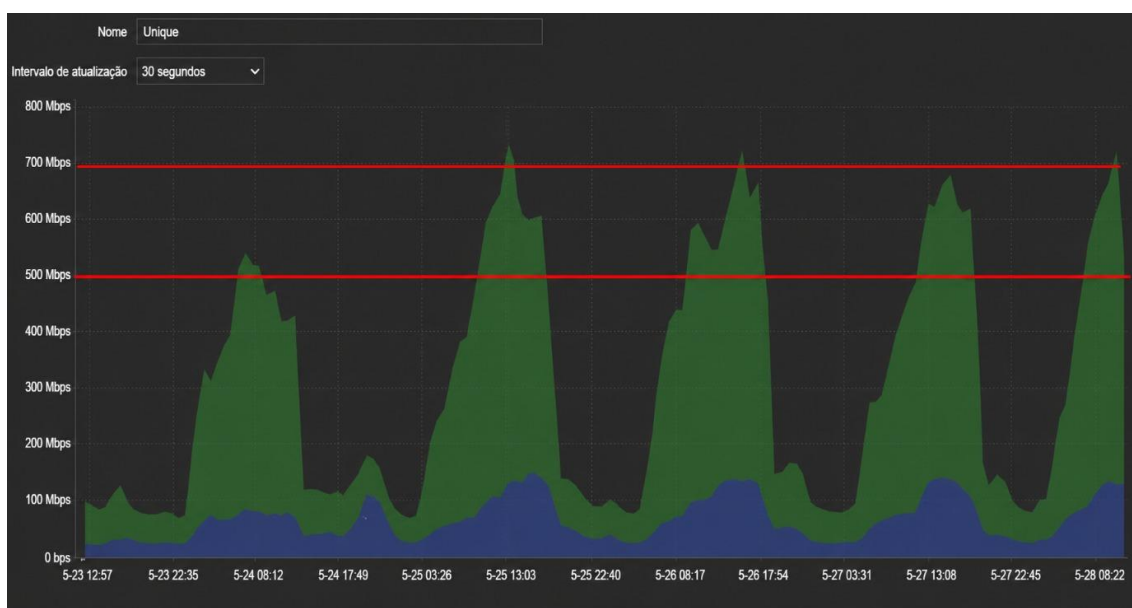


No gráfico de amostragem acima, observa-se que o link atinge de forma recorrente o limite operacional de aproximadamente 700 Mb. Quando esse limite é alcançado, ocorre enfileiramento de conexões, aumentando a latência e causando percepção de lentidão pelos usuários.

Com o avanço da modernização da rede e a ampliação das unidades conectadas em alta capacidade, a tendência é que esses picos se tornem cada vez mais frequentes e prolongados, resultando em um gráfico mais “achatado” próximo ao teto da banda disponível — um indicativo clássico de saturação.

Atualmente, ainda conseguimos mitigar parte desse impacto através de mecanismos de balanceamento e distribuição de carga. Porém, à medida que todas as unidades forem modernizadas, o principal fator limitante passará a ser exclusivamente a capacidade do link de internet disponível.

Em um gráfico de amostragem menor, percebe-se o enfileiramento:



III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento mercadológico com a finalidade de identificar as soluções disponíveis no mercado para atendimento da necessidade de fornecimento de serviço de acesso dedicado à internet, incluindo análise técnica e econômica das alternativas possíveis.

A análise considerou aspectos relacionados à disponibilidade tecnológica, desempenho, confiabilidade, estabilidade, escalabilidade, suporte técnico, custo-benefício e adequação às necessidades operacionais da Administração.

Foram identificadas as seguintes alternativas:

6.1 Alternativa 1 – Serviço de internet banda larga convencional (fibra compartilhada)

Descrição:

Contratação de serviço de internet comercial com compartilhamento de banda entre diversos usuários da operadora.

Vantagens:

- Menor custo mensal;
- Maior disponibilidade de fornecedores;
- Implantação simplificada.

Desvantagens:

- Banda não garantida integralmente;
- Variação de desempenho conforme o compartilhamento da rede;
- Maior suscetibilidade a oscilações;
- Ausência de garantias robustas de disponibilidade e níveis de serviço (SLA);
- Menor previsibilidade de desempenho em horários de pico.
-

Embora apresente menor custo inicial, a solução não demonstra capacidade adequada para garantir estabilidade operacional e desempenho contínuo dos serviços administrativos e sistemas críticos utilizados pela Administração.

6.2 Alternativa 2 – Serviço de internet dedicada por meio de link de fibra óptica

Descrição:

Contratação de link dedicado com capacidade exclusiva e garantida, utilizando infraestrutura em fibra óptica, incluindo instalação, monitoramento, suporte técnico e níveis mínimos de disponibilidade contratualmente definidos.

Vantagens:

- Banda integralmente garantida;
- Maior estabilidade e disponibilidade do serviço;
- Menor latência;
- Elevada capacidade de transmissão de dados;
- Possibilidade de estabelecimento de Acordos de Nível de Serviço (SLA);
- Maior escalabilidade para futuras ampliações;
- Melhor suporte à operação simultânea de sistemas, serviços em nuvem e videoconferências.

Desvantagens:

- Custo superior quando comparado à internet convencional;
- Dependência de infraestrutura disponível no local de instalação.

A alternativa apresenta maior aderência às necessidades institucionais, proporcionando desempenho compatível com a demanda operacional, previsibilidade de utilização e maior continuidade dos serviços.

6.3 Alternativa 3 – Serviço de internet por tecnologia sem fio (rádio ou rede móvel)

Descrição:

Contratação de acesso à internet utilizando tecnologias sem fio.

Vantagens:

- Implantação rápida;
- Aplicável em situações específicas ou locais com restrição de infraestrutura física;
- Possibilidade de utilização contingencial.

Desvantagens:

- Maior suscetibilidade a interferências ambientais;
- Oscilações de velocidade e estabilidade;
- Limitações quanto à capacidade de tráfego;
- Menor confiabilidade operacional.

A solução apresenta limitações para atendimento permanente das necessidades institucionais, podendo ser considerada apenas como mecanismo complementar ou contingencial.

6.4 Justificativa técnica e econômica da solução escolhida

Após análise comparativa das alternativas disponíveis, verificou-se que a contratação de **serviço de internet dedicada em fibra óptica com capacidade de 1 Gbps, incluindo instalação e ativação**, apresenta a melhor relação entre desempenho, disponibilidade, confiabilidade e custo-benefício para atendimento das necessidades da Administração. Embora a solução dedicada possua custo superior em comparação à banda larga convencional, sua adoção se mostra economicamente mais vantajosa sob a ótica do custo global da contratação, considerando:

- Redução de riscos de interrupção dos serviços;
- Maior estabilidade operacional;
- Diminuição de impactos decorrentes de indisponibilidades;
- Suporte adequado à utilização simultânea de sistemas institucionais;
- Possibilidade de expansão futura sem necessidade de reestruturação significativa;
- maior eficiência administrativa e continuidade das atividades.

Dessa forma, conclui-se que a solução escolhida representa a alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para atendimento da demanda identificada, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O valor referencial foi estabelecido com base na média dos preços obtidos durante a pesquisa, considerando as especificações técnicas.

Na presente análise consideraram-se todas as fontes de pesquisa abaixo elencadas, englobando contratos realizados por outros entes federativos e contratos próprios, sendo desconsiderada a pesquisa formal com fornecedores, em razão da pesquisa

realizadas em bacos de preços públicos ter sido satisfatória para a definição do valor referencial.

Na pesquisa de preços em bancos públicos, após análise do objeto dos resultados encontrados, foram encontrados os contratos abaixo elencados, oriundos de contratações realizadas por órgãos públicos de outros estados.

CONTRATO Nº 09/2026, da Câmara de Vereadores de Votuporanga/SP, oriunda da DISPENSA Nº 10 de 2026.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/BABV/2026, do Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Base Aérea de Boa Vista/RR, oriundo da Pregão Eletrônico nº 90096/2025.

CONTRATO Nº 009/2025, do Instituto de Previdência do Município de Araxá/MG, oriundo do Processo Administrativo Licitatório nº 014/2025, na modalidade de Dispensa Eletrônica nº 006.001/2025.

Neste sentido, foi adotado como critério, o valor médio dos preços pesquisados, considerando a contratação de **serviço de internet dedicada em fibra óptica com capacidade de 1 Gbps, incluindo instalação e ativação, pelo período de 12 meses**, conforme tabela abaixo:

QUANTIDADE	MEDIDA	DESCRIPTIVO DO ITEM	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
12	meses	Contratação de serviço de internet dedicada em fibra óptica com capacidade de 1 Gbps, incluindo instalação e ativação	R\$ 2.409,00	R\$ 28.908,00
Câmara de Vereadores de Votuporanga/SP - CONTRATO Nº 09/2026 - DATA PESQUISA 14/05/2026			VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.570,00	R\$ 18.840,00
LINK ACESSO: https://pncp.gov.br/app/contratos/49677917000114/2026/10				
Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Base Aérea de Boa Vista/RR - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/BABV/2026 - DATA PESQUISA 14/05/2026			VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.827,00	R\$ 33.924,00
LINK NO PNCP: https://pncp.gov.br/app/contratos/00394429000100/2026/248				
Instituto de Previdência do Município de Araxá/MG - CONTRATO Nº 009/2025 - DATA PESQUISA 14/05/2026			VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.830,00	R\$ 33.960,00
LINK NO PNCP: https://pncp.gov.br/app/contratos/26034744000110/2025/11				

O valor estimado da contratação/aquisição é de **R\$ 28.908,00 (Vinte e oito mil, novecentos e oito reais)**.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para prestação de **serviço de acesso dedicado à internet por meio de fibra óptica, com capacidade de 1 Gbps, incluindo instalação, ativação, configuração, suporte técnico, monitoramento e manutenção durante toda a vigência contratual.**

A solução contempla a disponibilização de link dedicado com fornecimento contínuo do serviço, garantindo capacidade integral da banda contratada, estabilidade operacional e níveis mínimos de disponibilidade compatíveis com as necessidades institucionais da Administração.

A contratação abrangerá os seguintes elementos:

- Serviço de acesso dedicado à internet com capacidade de **1 Gbps (um gigabit por segundo)**;
- Disponibilização de infraestrutura necessária à prestação do serviço;
- Serviço de instalação e ativação inicial do link;
- Configuração dos equipamentos necessários à operação;
- Monitoramento contínuo da conectividade;
- Suporte técnico especializado;
- Manutenção corretiva durante a vigência contratual;
- Atendimento de chamados técnicos dentro dos prazos definidos em Acordo de Nível de Serviço (SLA);
- Garantia de disponibilidade mínima do serviço conforme parâmetros a serem definidos no Termo de Referência.

A definição da solução decorre da análise técnica realizada no levantamento mercadológico, que identificou maior aderência da tecnologia de fibra óptica dedicada às necessidades operacionais da Administração, considerando critérios de desempenho, estabilidade, confiabilidade, escalabilidade e continuidade dos serviços.

A solução adotada visa assegurar o adequado funcionamento dos sistemas institucionais, aplicações em nuvem, serviços digitais, transmissão de dados, videoconferências e demais atividades administrativas dependentes de conectividade, reduzindo riscos de indisponibilidade e garantindo maior eficiência operacional.

A vigência estimada da contratação será de **12 (doze) meses**, podendo observar as hipóteses legais de prorrogação previstas na Lei nº 14.133/2021, quando aplicáveis.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

No presente caso, a contratação refere-se à prestação de serviço contínuo de acesso à internet por meio de link IP dedicado em fibra óptica, com exigência de níveis elevados

de desempenho, disponibilidade e garantia de serviço (SLA), caracterizando-se como solução tecnicamente indivisível.

O serviço de conectividade dedicada constitui uma solução integrada, envolvendo infraestrutura física, lógica e operacional única, cuja fragmentação comprometeria a eficiência e a funcionalidade do serviço.

A divisão do objeto entre múltiplos fornecedores poderia gerar:

- conflitos de responsabilidade na prestação do serviço;
- dificuldades na identificação de causas de falhas;
- prejuízos à gestão e fiscalização contratual;
- comprometimento dos níveis de serviço (SLA).

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não foram identificadas contratações interdependentes.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet em fibra óptica, com fornecimento de link IP dedicado corporativo de 1 Gbps, tem por finalidade alcançar resultados mensuráveis relacionados à disponibilidade, desempenho e continuidade dos serviços de tecnologia da informação do Município de Itajaí, sendo que os resultados pretendidos se encontram abaixo elencados:

11.1 Garantia de Alta Disponibilidade da Conectividade

- Atingir disponibilidade mínima de 99,7%, conforme SLA estabelecido;
- Reduzir o risco de indisponibilidade dos serviços digitais;
- Assegurar funcionamento contínuo dos sistemas institucionais.

11.2. Implementação de Redundância de Acesso à Internet

- Estabelecer link secundário independente do atual fornecedor;
- Possibilitar operação em contingência (failover);
- Aumentar a resiliência da infraestrutura de rede.

11.3. Melhoria do Desempenho da Rede

- Garantir largura de banda simétrica de 1 Gbps;
- Reduzir latência para níveis inferiores a 15 ms;
- Manter perda de pacotes inferior a 0,5%;
- Suportar aplicações críticas e serviços em nuvem.

11.4. Continuidade dos Serviços Públicos Digitais

- Evitar interrupções em sistemas de gestão pública;
- Assegurar atendimento digital ao cidadão sem degradação;
- Garantir comunicação institucional ininterrupta.

11.5. Aumento da Eficiência Operacional

- Reduzir impactos operacionais decorrentes de falhas de conectividade;
- Minimizar retrabalho e indisponibilidade de equipes;
- Melhorar a produtividade dos órgãos municipais.

11.6. Maior Controle e Gestão da Infraestrutura

- Disponibilizar monitoramento em tempo real do link;
- Permitir análise histórica de desempenho;
- Apoiar a tomada de decisão baseada em dados.

11.7. Mitigação de Riscos Tecnológicos

- Reduzir dependência de único provedor;
- Diminuir vulnerabilidade a falhas externas;
- Garantir maior segurança e previsibilidade operacional.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Para a adequada execução do objeto, a Administração adotará, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências:

- Verificação das condições do Datacenter da Secretaria Municipal de Tecnologia – SETEC, quanto à infraestrutura física, energia e conectividade;
- Avaliação da capacidade da rede interna e dos equipamentos de borda para integração do novo link;
- Designação de gestor e fiscal do contrato;
- Definição dos procedimentos de acompanhamento, comunicação e abertura de chamados técnicos;
- Planejamento da instalação e critérios de aceitação do serviço;
- Conferência da documentação da empresa vencedora e formalização do contrato.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Em observância ao art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, foram avaliados os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação do serviço de acesso dedicado à internet, incluindo instalação e operação da infraestrutura necessária.

Considerando a natureza do objeto, verifica-se que os impactos ambientais são classificados como de baixa relevância, uma vez que se trata predominantemente de prestação de serviço de tecnologia e conectividade. Ainda assim, identificam-se

potenciais impactos que devem ser mitigados mediante adoção de boas práticas ambientais.

Possíveis impactos ambientais identificados:

a) Geração de resíduos eletrônicos e materiais decorrentes da instalação e manutenção

- Possível descarte de cabos, conectores, embalagens, equipamentos substituídos e materiais acessórios.

Medidas mitigadoras:

- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- Observância das normas aplicáveis relativas à logística reversa;
- Encaminhamento de resíduos eletrônicos para empresas ou programas de reciclagem autorizados;
- Priorização de reutilização de materiais quando tecnicamente viável.

b) Consumo de energia elétrica dos equipamentos utilizados

- Utilização contínua de equipamentos de rede e infraestrutura associada.

Medidas mitigadoras:

- Preferência por equipamentos com maior eficiência energética;
- Utilização de equipamentos que atendam às normas técnicas e padrões de eficiência aplicáveis;
- Configuração adequada para otimização do consumo energético.

c) Consumo de materiais e insumos

- Utilização de materiais relacionados à instalação e manutenção da infraestrutura.

Medidas mitigadoras:

- Planejamento prévio da instalação visando redução de desperdícios;
- Uso racional de materiais;
- Priorização, quando possível, de materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental.

d) Intervenções físicas decorrentes da instalação

- Pequenas adequações estruturais para passagem de cabos ou instalação de equipamentos.

Medidas mitigadoras:

- Execução das intervenções com o menor impacto físico possível;
- Utilização de infraestrutura existente quando viável;
- Recomposição adequada das áreas eventualmente afetadas.

Conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são reduzidos e passíveis de mitigação mediante adoção das medidas descritas, não sendo identificados fatores que inviabilizem a contratação sob o aspecto ambiental. A solução escolhida mostra-se compatível com os princípios da sustentabilidade, eficiência e desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

14. Matriz Formal de Riscos

A presente Matriz de Riscos foi elaborada visando identificar eventos capazes de impactar a contratação, a execução contratual e o alcance dos resultados pretendidos, estabelecendo medidas preventivas e respectivas responsabilidades.

Risco	Causa	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Medidas preventivas/mitigadoras	Responsável
Atraso na instalação e ativação do link	Problemas operacionais, indisponibilidade de infraestrutura ou atraso na mobilização da contratada	Média	Alto	Médio/Alto	Definição de prazo máximo para instalação; aplicação de penalidades; acompanhamento da execução	Contratada / Fiscal do contrato
Interrupção do serviço durante a execução contratual	Falhas técnicas, rompimento de cabos, problemas de rede ou equipamentos	Média	Alto	Alto	Estabelecimento de SLA mínimo; monitoramento contínuo; suporte técnico e manutenção corretiva	Contratada
Entrega de capacidade inferior à contratada	Dimensionamento inadequado ou descumprimento contratual	Baixa	Alto	Médio	Previsão de testes de desempenho e exigência de comprovação da capacidade contratada	Contratada / Fiscal do contrato
Lentidão ou instabilidade frequente do serviço	Sobrecarga, falhas na rede ou deficiência operacional	Média	Médio	Médio	Definição de indicadores mínimos de desempenho e disponibilidade	Contratada
Crescimento da demanda superior ao previsto	Aumento de usuários, sistemas ou serviços digitais	Média	Médio	Médio	Previsão de possibilidade de ampliação futura e escalabilidade da solução	Administração
Falhas no atendimento de suporte técnico	Equipe insuficiente ou demora no atendimento	Média	Médio	Médio	Definição de prazos máximos para atendimento e solução de chamados	Contratada
Inconsistências entre especificações técnicas e necessidade real	Falha no planejamento ou levantamento inadequado	Baixa	Alto	Médio	Revisão técnica prévia do ETP e do Termo de Referência	Administração
Dependência excessiva de infraestrutura específica do fornecedor	Limitações técnicas ou tecnológicas	Baixa	Médio	Baixo	Exigência de padrões compatíveis com tecnologias amplamente utilizadas no mercado	Administração
Reajustes ou variações de preços impactarem o planejamento	Alterações econômicas durante a execução contratual	Baixa	Médio	Baixo	Previsão contratual de critérios objetivos de reajuste conforme legislação aplicável	Administração

orçamentário						
Descumprimento contratual pela empresa contratada	Deficiências operacionais ou administrativas	Baixa	Alto	Médio	Fiscalização contínua, aplicação de sanções e acompanhamento contratual	Administração / Contratada

Critérios adotados para classificação dos riscos:

Probabilidade:

- Baixa: ocorrência improvável;
- Média: possibilidade moderada de ocorrência;
- Alta: elevada possibilidade de ocorrência.

Impacto:

- Baixo: reduzido comprometimento dos resultados;
- Médio: comprometimento parcial dos resultados;
- Alto: comprometimento significativo da execução ou continuidade dos serviços.

Nível do Risco:

Resultado da combinação entre probabilidade e impacto, utilizado para definição do grau de monitoramento e das ações preventivas necessárias.

A presente matriz tem por finalidade aumentar a previsibilidade da contratação, reduzir riscos operacionais e assegurar maior eficiência na execução contratual, observando os princípios do planejamento, eficiência e gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021.

15. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO
THIAGO MIGUEL DE SOUZA Matrícula: 2684201 Itajaí, maio de 2026.	KELYNTON CÓRDOVA DA SILVA Matrícula: 1634410 Itajaí, maio de 2026	CÉLIA REGINA DA CUNHA PIANECER Matrícula: 2684301 Itajaí, maio de 2026

16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.

Itajaí/SC, maio de 2026.

LUIZ HENRIQUE CABRAL

Secretário Municipal de Tecnologia

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ – SECRETARIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA

Endereço: Rua Alberto Werner, 100 – Itajaí/SC

Telefone: +55 (47) 3341-6090 - setec@itajai.sc.gov.br

